

Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

# PROCESSO ADMINISTRATIVO № 165/2024 EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO № 58/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 11/2025

O Município de Braço do Trombudo/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 95.952.230/0001-67, com sede administrativa na Praça da Independência, 25, Centro, Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu <u>Prefeito, Sr. Adriano Treinatti</u>, no uso de suas atribuições legais, abaixo fixadas, torna público e faz saber que, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 126/2023 e Decreto Municipal N° 014/2024 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 58/2024 202**, RESOLVE registrar o preço ofertado pela **empresa fornecedora VICENTE DEPARTAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº27.286.283/0001-36, com sede na Rua Aguas Frias, nº280 – Aguas Frias, Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, representada por sua representante legal <u>Sra. Ariane Dorigon</u>, inscrita no CPF nº 049.570.149-14 e RG nº 4.554.878-1 SSP/SC, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**, com **telefone para contato (48) 3276-1349 e e-mail <u>vicentedepartamentos@gmail.com</u>, têm, entre si, justo e acordado a presente Ata de Registro de Preços, mediante as seguintes cláusulas e condições:** 

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preço a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC.

# CLAUSULA SEGUNDA – DOS ITENS REGISTRADOS

2.1. Ficam registrados os seguintes itens e valores, de acordo com o Termo de Referência:

| LOTE 13                  |                   |                |         |      |             |              |  |
|--------------------------|-------------------|----------------|---------|------|-------------|--------------|--|
| Item                     | Especificação     | Qtde.<br>Total | Marca   | Und. | Valor Unit. | Valor Total  |  |
| 110                      | Cantoneira de PVC | 175            | PLASBIL | und  | R\$8,40     | R\$1.470,00  |  |
| 111                      | Forro de PVC      | 865            | PLASBIL | mts  | R\$23,27    | R\$20.128,55 |  |
| Valor Total R\$21.598,55 |                   |                |         |      |             |              |  |

### CLAUSULA TERCEIRA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

- 3.1 Os pedidos serão formalizados pelo Município por meio de Solicitação de Fornecimento (SF), que será emitida de acordo com as necessidades específicas de cada Secretaria;
- 3.2 A entrega dos materiais deverá ser efetuada no município de Braço do Trombudo, sem custos adicionais, nos locais indicados nas respectivas solicitações de fornecimento, observando o <u>prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis</u>, salvo em casos de urgência, onde o prazo poderá ser ajustado conforme a necessidade dos serviços. A entrega deverá realizada durante o horário de funcionamento, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, em dias úteis, conforme o estipulado no processo de autorização;



Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

- 3.3 Considerando que o Município não dispõe de almoxarifado para o estoque e armazenamento dos materiais, cabe à licitante a responsabilidade pela entrega dos mesmos nos locais indicados na Solicitação de Fornecimento no momento de sua emissão, independentemente da quantidade ou valor dos itens;
- 3.4 O prazo estimado para o fornecimento é de <u>02 (dois) dias úteis</u> a contar da emissão da solicitação de fornecimento, salvo em casos de urgência, onde o prazo poderá ser ajustado conforme a necessidade dos serviços.
- 3.5 O prazo para a entrega dos itens somente poderá ser prorrogado nas seguintes situações:
  - a) Força maior ou caso fortuito, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações;
  - **b)** Os pedidos de prorrogação de prazos deverão ser solicitados pela Contratada, por escrito, dentro do prazo contratual, devidamente justificado.
- 3.6 Este prazo de entrega somente será inferior, caso a empresa entre em contato com o município, e o mesmo aceite, SEMPRE perante a apresentação de carta de compromisso de troca junto a Nota Fiscal do produto. É de responsabilidade da empresa fazer este contato e sem este aceite, não será permitida esta entrega.
- 3.7 O fornecimento do objeto deverá respeitar a legislação aplicável, e as normas que estiverem em vigor na data do fornecimento, assim como às regras deste Edital no que forem aplicáveis cabendo ao fornecedor certificar-se da aplicação de cada regra de acordo com o item a ser fornecido.
- 3.8 Será responsável pelo recebimento e verificação de conformidade, o responsável indicado pela Secretaria Municipal competente.
- 3.9 A entrega deverá ser realizada de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados, no horário e local informados, não sendo aceita qualquer entrega diferente do estabelecido.
- 3.10 Em caso de avaria, quebra ou defeito do produto durante o transporte, o mesmo deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional e cumprindo o prazo previsto no Edital para conclusão da entrega.
- 3.11 Caso não cumpridas as exigências do Edital, a empresa fornecedora será comunicada a retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes do Edital, sem nenhum ônus adicional, sob pena da aplicação das penalidades previstas no Edital.
- 3.12 As empresas devem garantir a qualidade dos produtos por meio do atendimento aos requisitos técnicos da regulamentação específica.

# CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

- 4.1 Caberá ao MUNICÍPIO:
- 4.1.1 Efetuar o pagamento ajustado;



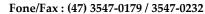
### Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

4.1.2 Dar à empresa vencedora as condições necessárias à regular execução do objeto.

### 4.2 Caberá à EMPRESA VENCEDORA:

- 4.2.1 A contratada deverá realizar a verificação dos materiais de construção e ferramentas fornecidos, conferindo a qualidade e quantidade conforme as especificações estabelecidas no contrato e no edital. Os materiais deverão ser entregues sem avarias e de forma que garantam a conformidade com as normas técnicas;
- 4.2.2 A contratada deverá assegurar o correto armazenamento dos materiais fornecidos, de forma que sejam preservados e protegidos contra danos, intempéries ou qualquer outro fator que possa comprometer sua qualidade. Os materiais deverão ser armazenados de acordo com as recomendações do fabricante, em locais adequados e seguros;
- 4.2.3 A contratada será responsável pelo transporte e entrega dos materiais de construção nos locais indicados pelas Secretarias Municipais solicitantes. As entregas deverão ser feitas de forma pontual e eficiente, sem causar prejuízos ou atrasos nas obras ou serviços públicos. O transporte deverá ser realizado com veículos adequados e com todos os cuidados para evitar danos aos materiais;
- 4.2.4 A contratada deverá realizar a inspeção de qualidade de todos os materiais antes do envio e entrega, garantindo que os itens fornecidos atendam às especificações do edital e aos requisitos técnicos exigidos pela Prefeitura Municipal. Caso algum material não atenda aos padrões de qualidade, a contratada deverá providenciar a substituição imediata;
- 4.2.5 A contratada deverá realizar o fornecimento e entrega de todos os materiais de construção e ferramentas de forma completa e sem interrupções, atendendo a todos os requisitos descritos no edital e contrato, assegurando que não haja descontinuidade no processo de execução das obras ou serviços;
- 4.2.6 Os materiais contratados deverão ser entregues nos locais especificados por cada Secretaria Municipal solicitante, dentro dos prazos e condições estabelecidas no edital, sem qualquer custo adicional para o município
- 4.2.7 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários.
- 4.2.8 Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução e entrega do objeto licitado, isentando o CONTRATANTE, de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- 4.2.9 Fornecer, quando for solicitado pelo CONTRATANTE, elementos necessários à avaliação do objeto licitado, devidamente assinados;
- 4.2.10 Manifestar, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pela CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;
- 4.2.11 Estar ciente de que, em caso de não aceitação do objeto licitado, seja por estar em desacordo com as especificações ou com outras exigências deste Edital e da Relação de Proposta do objeto, todas





gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos à empresa contratada;

- 4.2.12 Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo de até 02 (dois) dias contados da data da Autorização de Fornecimento, livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas, presentes as Notas Fiscais correspondentes;
- 4.2.13 Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- 4.2.14 Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 4.2.15 Manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas para a execução do objeto.
- 4.2.16 Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.2.17 Garantir o cumprimento das condições de entrega e transporte do objeto previstas neste edital e normas aplicáveis;
- 4.2.18 Proceder à entrega do objeto dentro do prazo estabelecido neste Edital;
- 4.2.19 Respeitar a legislação correspondente à execução do objeto;
- 4.2.20 Garantir a qualidade dos produtos por meio do atendimento aos requisitos técnicos da regulamentação específica;
- 4.2.21 Prestar as garantias conforme particularidades e especificidades de cada item fornecido;
- 4.2.22 Manter as informações de cadastro atualizadas com o Município de Braço do Trombudo (emails e telefones).

### CLAUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes desta licitação correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria de Administração e Finanças

03.001.04.122.0003.2006.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

1.500.0000.000000 - Recursos Ordinários

Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

### Estação de Tratamento de Água (ETA)

56

03.004.17.512.0007.2016.3.3.90.00.00 Manutenção da ETA 1.500.0000.0000000 - Recursos Ordinários

### Secretaria de Educação

62

04.001.12.122.0005.2018.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Educação

1.500.1001.000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

64

04.002.12.365.0005.2019.3.1.90.00.00 Manutenção do Ensino Infantil - Pré Escolas

1.500.1001.000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

68

04.002.12.365.0005.2020.3.3.90.00.00

Manutenção do Ensino Infantil - Creches

1.500.1001.000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

74

04.003.12.361.0005.2025.3.3.90.00.00

Manutenção do Ensino Fundamental

1.500.1001.000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação

### Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer

84

05.001.13.122.0013.2031.3.3.90.00.00 Manutenção da Sec. de Cultura Turismo e Lazer 1.500.0000.0000000 - Recursos Ordinários

### Secretária de Saúde e Assistência Social

2

09.001.10.301.0006.2046.3.3.90.00.00

Atenção Básica

1.500.1002.000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde

3

10.001.08.122.0009.2053.3.3.90.00.00 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social 1.500.0000.000000 - Recursos Ordinários

### Secretaria de Esportes - CME

98

06.001.27.812.0012.2037.3.3.90.00.00 Manutenção do Desporto Amador 1.500.0000.000000 - Recursos Ordinários

### Secretaria de Obras e Agricultura

113



Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

07.001.26.782.0011.2040.3.3.90.00.00 Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais 1.500.0000.0000000 - Recursos Ordinários

#### Departamento de Agricultura

120 08.001.20.606.0008.2044.3.3.90.00.00 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura 1.500.0000.000000 - Recursos Ordinários

### CLAUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será efetuado em até 30 (vinte) dias após a emissão da NFE. A nota fiscal eletrônica deverá ser enviada no seguinte e-mail <u>nfe@bracodotrombudo.sc.gov.br</u> em formato XML.
- As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida;
- 6.3 O Pagamento será procedido através de depósito em conta corrente cujo contratado é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, não podendo conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas.
- A Nota Fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte em destaque, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à licitante/contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais, tanto a alíquota quanto seu valor monetário. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança, incompletude de dados ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a licitante/contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao Município contratante.
- 6.5 O imposto de Renda será retido pela administração Pública conforme o Decreto Municipal DECRETO Nº 050/2023, DE 07 DE JULHO DE 2023, que dispõe sobre os procedimentos relativos à retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos pagos pela Administração Pública direta e indireta do Município de Braço do Trombudo SC a pessoas jurídicas.

# CLAUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao MUNICÍPIO promover as necessárias negociações.



Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

- 7.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para o e-mail do Município, sendo que este deve ser confirmado o recebimento como forma de protocolo, sendo válido este pedido somente após confirmação.
- 7.3 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.3.1 Para fins do disposto no item 7.3, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.
- 7.3.2 Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Município, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis.
- 7.3.3 Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o Município poderá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 7.3.4 Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder ao cancelamento do respectivo registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, podendo inclusive realizar nova licitação.
- 7.3.5 Na hipótese de comprovação da atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, o Município irá atualizar o valor na Ata de Registro.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições legais pertinentes.

# CLAUSULA NONA - GARANTIA DA PROPOSTA

9.1 As garantias contratuais referente a entrega do objeto estão estabelecidas no Termo de Referência.

### CLAUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 10.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021:
  - a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - **b)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art.  $5^{\circ}$  da Lei  $n^{\circ}$  12.846, de  $1^{\circ}$  de agosto de 2013.
- 10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no edital:
  - a) Advertência;
  - **b)** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
  - c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" da presente Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
- 10.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.
- 10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

- 10.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de
- 10.7. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "b", "c" e "d" do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.8. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.9. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 10.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 10.11. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
  - a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - b) Pagamento da multa;
  - c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 10.12. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "l" do item 13.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1. A vigência da ata de registro de preços será de 12 meses a partir da data de sua assinatura, prorrogável por igual período.



Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

11.1.1. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, conforme previsão do edital, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

# CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 12.1. Ao participar deste processo licitatório, o representante legal da licitante, titular de dados pessoais, declara:
- 12.1.1. Estar ciente de que para a execução do objeto do contrato, a Contratante terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) Lei nº 13.709/2018 Art. 7º, inciso II.;
- 12.1.2. Estar ciente do inteiro teor da LGPD, obrigando-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado tratamento de tais dados, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na LGPD e demais leis aplicáveis.
- 12.1.3. Que respeita o direito à privacidade dos titulares dos Dados Pessoais no âmbito da execução dos serviços;
- 12.1.4. Que realiza o melhor uso da tecnologia da informação para a satisfação de seus contratantes e da sociedade;
- 12.1.5. Que visa a sustentabilidade e autonomia na prestação dos serviços para assegurar a estabilidade e a continuidade de seus serviços;
- 12.1.6. Comunicará ao Município eventual alteração de sua razão social ou de controle acionário e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto Social, enviando, no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir da data de registro da alteração, a devida documentação.
- 12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios da LGPD, vedado seu compartilhamento com terceiros.
- 12.3. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 12.4. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações relativas à execução do objeto contratual, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.



Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232 gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.br

Praça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços, na forma da Lei nº 14.133/21.
- 13.2. A <u>gestão</u> do objeto contratado será realizada pelo Secretário de Administração e Finanças <u>Sr. Jean Carlos Correa da Costa Scharf.</u>
- 13.3. O recebimento e a <u>fiscalização</u> do objeto serão de responsabilidade do Secretário de Obras, Estradas, Serviços Urbanos e Agropecuários <u>Sr. Marcelo Tonet</u>.
- 13.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os materiais contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.
- 13.5. O conjunto de atividades de gestão compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pelo fiscal devidamente designado.
- 13.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, contínua e sistemática. O <u>Sr. Jean Carlos Correa da Costa Scharf</u> é o responsável pela <u>gestão</u> da referida Ata, enquanto o <u>Sr. Marcelo Tonet</u> é o responsável pela <u>fiscalização</u> da mesma.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Trombudo Central, com prevalência sobre qualquer outro, para adoção de medidas judiciais, pertinente à execução da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim, justos e contratados firmam a presente Ata.

Braço do Trombudo (SC), 11 de fevereiro de 2025.

Contratante Pref. Mun. de Braço do Trombudo Contratada
VICENTE DEPARTAMENTOS LTDA

Adriano Treinatti Ariane Dorigon
Prefeito Municipal Repres. Legal

CPF – 008.665.179-01 CPF – 049.570.149-14



# Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo Fone/Fax: (47) 3547-0179 / 3547-0232

gabinete@bracodotrombudo.sc.gov.brPraça da Independência, 25- Centro – 89178-000 – Braço do Trombudo – Santa Catarina CNPJ 95.952.230/0001-67

# **TESTEMUNHAS:**

| Taissa Rubia Hoeltgebaum     | Gabriela Gotzinger |  |  |  |
|------------------------------|--------------------|--|--|--|
| CPF: 098.373.749-50          | CPF 053.748.539-29 |  |  |  |
|                              |                    |  |  |  |
|                              |                    |  |  |  |
|                              |                    |  |  |  |
|                              |                    |  |  |  |
|                              |                    |  |  |  |
|                              |                    |  |  |  |
| Rogger Gode                  |                    |  |  |  |
| Ass.Jurídico – OAB/SC 12.252 |                    |  |  |  |